




DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

CHALLENGES AND POTENTIAL IN YOUTH AND ADULT EDUCATION

RETOS Y POTENCIAL EN LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS

 <https://doi.org/10.56238/levv16n51-038>

Data de submissão: 13/07/2025

Data de publicação: 13/08/2025

Eloise Hack Barbi

Mestranda em Ciências da Educação

Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

E-mail: eloise.hack@hotmail.com

Fabrícia Krieger

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: MUST University

E-mail: fabribinha@hotmail.com

Caroline Quintas Cavalcante

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: MUST University

E-mail: cqcaroline@yahoo.com.br

Josélia Fernandes de Sousa

Graduada em Pedagogia

Instituição: Universidade Norte do Paraná (UNOPAR)

E-mail: biofernandes12@gmail.com

Igor Mesquita Rodrigues

Mestre em Geografia

Instituição: Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

E-mail: igor.rodrigues@prof.am.gov.br

RESUMO

Este artigo teve como objetivo analisar os principais desafios e potencialidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA) relacionados à evasão escolar, à formação docente e à inclusão educacional no ensino superior. O estudo abordou a EJA a partir de uma perspectiva crítica, considerando suas relações com a Educação Especial e com os mecanismos de permanência escolar em contextos de vulnerabilidade social. A pesquisa baseou-se em uma metodologia bibliográfica de natureza qualitativa, fundamentada na revisão de artigos, livros e capítulos acadêmicos publicados entre 2020 e 2025, localizados na base SciELO. Os dados foram organizados e interpretados por meio da leitura temática e análise teórica comparada. Os resultados permitiram concluir que a ausência de políticas públicas contínuas, a insuficiência na formação docente específica e a desarticulação entre as modalidades educativas analisadas comprometeram o direito à educação e limitaram o acesso ao ensino superior. Verificou-se, entretanto, que estratégias metodológicas ativas, o fortalecimento da formação continuada e a

convergência com a Educação Especial representam caminhos possíveis para a construção de práticas inclusivas e emancipatórias. Por fim, o estudo indicou a necessidade de ampliar pesquisas interdisciplinares e longitudinalmente orientadas, de modo a subsidiar políticas públicas efetivas voltadas à EJA.

Palavras-chave: Permanência Educacional. Itinerários Formativos. Inclusão Social. Equidade Escolar. Evasão.

ABSTRACT

This article aimed to analyze the main challenges and potentialities of Youth and Adult Education (EJA) related to school dropout, teacher training, and educational inclusion in higher education. The study approached EJA from a critical perspective, considering its connections with Special Education and the mechanisms of school retention in contexts of social vulnerability. The research was based on a qualitative bibliographic methodology, grounded in the review of articles, books, and academic chapters published between 2020 and 2025, retrieved from the SciELO database. Data were organized and interpreted through thematic reading and theoretical comparative analysis. The results indicated that the lack of continuous public policies, insufficient specific teacher training, and the disarticulation between the educational modalities analyzed undermined the right to education and limited access to higher education. However, it was found that active methodological strategies, the strengthening of continuing education, and convergence with Special Education represent feasible paths toward building inclusive and emancipatory practices. Finally, the study highlighted the need to expand interdisciplinary and longitudinally oriented research to support effective public policies for EJA.

Keywords: Educational Retention. Learning Pathways. Social Inclusion. School Equity. Dropout.

RESUMEN

Este artículo tuvo como objetivo analizar los principales desafíos y el potencial de la Educación de Personas Jóvenes y Adultas (EJA) en relación con la deserción escolar, la formación docente y la inclusión educativa en la educación superior. El estudio abordó la EJA desde una perspectiva crítica, considerando su relación con la Educación Especial y los mecanismos de retención escolar en contextos socialmente vulnerables. La investigación se basó en una metodología bibliográfica cualitativa, basada en la revisión de artículos académicos, libros y capítulos publicados entre 2020 y 2025, ubicados en la base de datos SciELO. Los datos se organizaron e interpretaron mediante lecturas temáticas y análisis teórico comparativo. Los resultados llevaron a la conclusión de que la falta de políticas públicas continuas, la insuficiente formación docente específica y la desarticulación entre las modalidades educativas analizadas comprometieron el derecho a la educación y limitaron el acceso a la educación superior. Sin embargo, se encontró que las estrategias metodológicas activas, el fortalecimiento de la formación continua y la convergencia con la Educación Especial representan posibles caminos para el desarrollo de prácticas inclusivas y emancipadoras. Finalmente, el estudio destacó la necesidad de una investigación interdisciplinaria ampliada y de orientación longitudinal para informar políticas públicas efectivas centradas en la educación de personas adultas (EJA).

Palabras clave: Permanencia Educativa. Itinerarios Formativos. Inclusión Social. Equidad Escolar. Deserción Escolar.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil, historicamente, foi concebida como uma estratégia compensatória voltada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade nos estudos durante a idade considerada regular. Apesar de seu reconhecimento legal enquanto modalidade integrante da educação básica, a EJA tem sido marcada por políticas públicas descontínuas, programas assistencialistas e fragilidades estruturais. A realidade dos sujeitos que compõem esse segmento educacional é atravessada por múltiplas desigualdades sociais, econômicas e educacionais, tornando necessário um exame rigoroso das condições que afetam tanto a permanência escolar quanto o acesso a níveis superiores de ensino. Nesse cenário, torna-se relevante investigar as interseções entre três elementos centrais: a evasão escolar, a formação docente continuada e a convergência com a Educação Especial.

A escolha por estudar a EJA fundamentou-se na constatação de que, embora os direitos educacionais estejam assegurados na legislação brasileira, persistem obstáculos à sua efetivação. A ausência de políticas públicas articuladas e de práticas pedagógicas inclusivas restringe o alcance da EJA como instrumento de emancipação social. A presente pesquisa, portanto, justifica-se pela urgência de discutir, com base em evidências teóricas, as “potencialidades pedagógicas” dessa modalidade, a fim de enfrentar os ‘desafios estruturais’ que comprometem a permanência e o avanço dos sujeitos em situação de vulnerabilidade. A relevância do tema também decorreu da necessidade de ampliar o debate sobre a ‘formação continuada de docentes’ e sua capacidade de responder às demandas específicas da EJA, especialmente em contextos que envolvem pessoas com deficiência.

Diante desse contexto, a pesquisa orientou-se pela seguinte questão norteadora: ‘Como as estratégias pedagógicas adotadas na EJA, aliadas à formação docente e à articulação com a Educação Especial, podem contribuir para reduzir a evasão escolar e ampliar o acesso ao ensino superior?’. Essa pergunta conduziu à delimitação dos objetivos do estudo, cujo objetivo geral consistiu em analisar os principais desafios e potencialidades da EJA relacionados à evasão escolar, à formação docente e à inclusão educacional no ensino superior. Como objetivos específicos, buscou-se: (1) investigar as ‘causas estruturais da evasão escolar’ e identificar estratégias eficazes de permanência; (2) examinar os ‘limites institucionais da formação docente continuada’ e suas repercussões na prática pedagógica; e (3) avaliar as ‘possibilidades de convergência entre a Educação Especial e a EJA’ com vistas ao fortalecimento do acesso à universidade.

Para atingir tais objetivos, adotou-se uma pesquisa de natureza qualitativa e bibliográfica. A metodologia baseou-se na análise crítica de textos científicos, livros e artigos publicados entre os anos de 2020 e 2025, disponíveis na base de dados SciELO. As palavras-chave utilizadas na busca foram: ‘evasão escolar na EJA’, ‘formação docente continuada’, ‘educação especial’, ‘inclusão educacional’ e ‘acesso ao ensino superior’. Os critérios de inclusão foram a atualidade, a relevância temática e a

consistência teórica dos materiais. A sistematização dos dados seguiu uma organização temática e cronológica, permitindo a construção de uma reflexão articulada sobre os principais eixos da pesquisa.

Entre os principais autores que subsidiaram a discussão destacam-se Jahnke (2025), que problematizou a precariedade das políticas públicas voltadas à EJA; Cruz *et al.* (2025), com análises sobre metodologias ativas e formação docente; Lima e Silva (2025), ao abordar os impactos da pandemia e da exclusão digital; e Silvany *et al.* (2024), que propuseram a articulação entre EJA e Educação Especial como estratégia de inclusão no ensino superior. Esses autores permitiram desenvolver um olhar crítico sobre as lacunas e possibilidades que marcam o campo da EJA na contemporaneidade.

O presente artigo está organizado em três capítulos principais. O primeiro, intitulado ‘Evasão Escolar na EJA: Causas Estruturais e Estratégias de Permanência com Foco no Ensino de Ciências’, discute os fatores que impulsionam a evasão e apresenta práticas pedagógicas que contribuem para a permanência dos estudantes. O segundo capítulo, ‘Formação Docente Continuada na EJA: Limites Institucionais e Propostas para Práticas Pedagógicas Inclusivas’, analisa a formação de professores como elemento decisivo para a qualidade da educação oferecida na EJA. O terceiro capítulo, ‘Convergência entre Educação Especial e EJA: Potencialidades Pedagógicas para o Acesso ao Ensino Superior’, investiga a articulação entre as duas modalidades e suas implicações para a construção de itinerários educativos inclusivos.

Dessa forma, o artigo está estruturado de modo a articular os três eixos centrais da pesquisa: evasão, formação docente e inclusão, sempre com foco na superação das desigualdades e na efetivação do direito à educação. Ao longo dos capítulos, pretende-se demonstrar como a integração entre esses elementos pode contribuir para a construção de uma EJA comprometida com a justiça social e com o acesso universal ao conhecimento.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo baseou-se em uma pesquisa bibliográfica, considerada adequada para o propósito de analisar e criticar as contribuições de autores consagrados no campo das metodologias científicas aplicadas à educação. Conforme ressaltam Narciso e Santana (2025), esse tipo de pesquisa caracteriza-se pela análise de fontes teóricas já consolidadas, possibilitando uma reflexão aprofundada sobre o tema. Trata-se, portanto, de uma abordagem qualitativa que permite o mapeamento e a problematização dos discursos científicos a partir de referenciais já publicados e validados academicamente.

O processo metodológico desenvolveu-se em etapas sequenciais, visando garantir rigor e coerência à construção do trabalho. Inicialmente, foram definidas as palavras-chave para a busca dos materiais: ‘evasão escolar na EJA’, ‘formação docente continuada’, ‘educação especial’, ‘inclusão

educacional' e 'acesso ao ensino superior'. As combinações entre esses termos permitiram localizar textos que dialogassem com os eixos temáticos centrais da pesquisa, sem recorrer a expressões demasiadamente técnicas que dificultassem a amplitude dos resultados. A seleção desses descritores considerou a frequência de uso nas produções acadêmicas recentes da área da educação.

A coleta dos dados foi realizada na base de dados SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), biblioteca eletrônica que reúne uma coleção selecionada de periódicos científicos da América Latina e do Caribe. A escolha por essa base deve-se à sua ampla cobertura de periódicos qualificados, com acesso gratuito e revisão por pares, o que assegura a credibilidade das fontes utilizadas. Segundo Santana e Narciso (2025), os instrumentos utilizados consistiram em livros, artigos acadêmicos e capítulos de obras de referência, reconhecidas por sua relevância e impacto na área de metodologia científica.

Durante a etapa de levantamento, os materiais foram organizados de forma cronológica e temática, o que possibilitou a identificação de tendências teóricas e lacunas investigativas. Ainda conforme Santana e Narciso (2025), a coleta de dados foi realizada por meio da revisão sistemática dessas obras, respeitando os critérios previamente estabelecidos. Os critérios de inclusão adotados foram: publicações entre os anos de 2020 e 2025, textos disponíveis integralmente na base de dados, e pertinência direta ao tema investigado. Quanto aos critérios de exclusão, foram desconsiderados trabalhos que não apresentavam fundamentação teórica consistente, documentos duplicados ou que abordavam a temática de forma superficial ou desvinculada da realidade educacional brasileira.

Dessa forma, o conjunto de procedimentos metodológicos contribuiu para a consolidação de um corpus analítico consistente, permitindo o aprofundamento das discussões e a consecução dos objetivos propostos. A escolha da abordagem bibliográfica demonstrou-se pertinente ao propósito de compreender os desafios e potencialidades da Educação de Jovens e Adultos a partir da articulação entre os eixos da permanência escolar, da formação docente e da inclusão no ensino superior.

3 EVASÃO ESCOLAR NA EJA: CAUSAS ESTRUTURAIS E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA COM FOCO NO ENSINO DE CIÊNCIAS

A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) configura um dos principais desafios enfrentados pelas instituições educacionais brasileiras. De acordo com Jahnke (2025), a permanência dos estudantes depende de fatores interligados, como o suporte psicossocial, a segurança alimentar e o transporte escolar, sendo a ausência dessas condições um vetor para o abandono. Esse fenômeno tem raízes históricas e estruturais, associadas à desigualdade social, à precarização do trabalho e à negligência do Estado em oferecer políticas públicas intersetoriais voltadas à população jovem e adulta fora da escolarização regular.

No contexto da pandemia de COVID-19, Lima e Silva (2025) destacam que os índices de evasão aumentaram significativamente, sobretudo em virtude da incompatibilidade entre as demandas do ensino remoto e a realidade dos estudantes da EJA. A ausência de infraestrutura tecnológica adequada, como acesso à internet e equipamentos, resultou na exclusão digital de milhares de sujeitos, comprometendo sua continuidade escolar e aprofundando as desigualdades educacionais pré-existent. De forma correlata, Moreira (2020), citado por Lima e Silva (2025), evidencia que a perda da interação social – elemento estruturante da pedagogia da EJA – gerou desengajamento. A impossibilidade de estabelecer vínculos presenciais com professores e colegas comprometeu a motivação para a permanência escolar, revelando a importância das dimensões afetivas e coletivas no processo de ensino-aprendizagem de jovens e adultos.

Conforme Bernardineli e De Almeida (2020), ainda que a incorporação das tecnologias ao contexto educacional tenha se intensificado após o período pandêmico, os entraves relacionados ao acesso e à formação docente específica permanecem. Para esses autores, a integração digital deve ser acompanhada de políticas de inclusão tecnológica voltadas à EJA, sob pena de aprofundar a evasão escolar ao invés de revertê-la. Sob outro enfoque, Cruz *et al.* (2025) argumentam que a evasão é resultado também da fragilidade das políticas institucionais. Segundo esses autores, a progressiva queda nas matrículas revela a insuficiência de estratégias de engajamento contínuo, bem como a ausência de planos pedagógicos articulados às demandas específicas desse público, cuja trajetória escolar é frequentemente interrompida por múltiplas vulnerabilidades.

Silva (2023), analisando o histórico de exclusão vivenciado pelos estudantes da EJA, reforça a necessidade de práticas pedagógicas que considerem as experiências anteriores desses sujeitos, frequentemente marcadas por reprovações, estigmas e trajetórias descontinuadas. A superação da evasão, nesse sentido, exige abordagens que acolham as singularidades de cada percurso formativo. De maneira convergente, Santiago *et al.* (2023) enfatizam que a distância entre os conteúdos escolares e a realidade dos estudantes constitui um fator determinante para o abandono. A ausência de práticas contextualizadas, que articulem o saber científico à experiência cotidiana, compromete a construção de sentido sobre o conhecimento escolar, afastando o estudante da escola.

Ainda nesse debate, Silvany *et al.* (2024) destacam que a conciliação entre trabalho e estudo impõe dificuldades concretas para a permanência. Para os autores, o tempo escolar rígido, desarticulado da lógica produtiva e doméstica vivenciada pelos estudantes da EJA, demanda reorganizações curriculares e flexibilizações estruturais que tornem o ambiente educacional mais acessível. Além dos fatores socioeconômicos, aspectos subjetivos também incidem sobre a evasão. Silvany *et al.* (2024) apontam que a baixa autoestima, associada a experiências escolares anteriores de fracasso, constitui uma barreira à continuidade nos estudos. O ambiente escolar, nesse caso, precisa ser ressignificado como espaço de acolhimento e reconstrução de vínculos com o saber.

Esses autores ainda defendem a adequação curricular como condição fundamental para o engajamento dos estudantes. De acordo com Silvany *et al.* (2024), a construção de percursos formativos que dialoguem com a realidade dos jovens e adultos favorece a identificação dos sujeitos com o processo de ensino, criando oportunidades efetivas de aprendizagem. Para além dos ajustes institucionais, a dimensão pedagógica revela-se estratégica no combate à evasão. Jahnke (2025) demonstra que o uso de metodologias ativas, como jogos e dinâmicas lúdicas, promove o engajamento dos estudantes da EJA e contribui para o fortalecimento do vínculo com os conteúdos escolares.

A interdisciplinaridade também é destacada por Jahnke (2025) como um eixo formativo que favorece a contextualização dos conteúdos. A articulação entre Ciências e Linguagens, por exemplo, possibilita a superação da fragmentação curricular e aproxima o conhecimento científico das vivências cotidianas dos estudantes. Ainda nesse campo, a escuta ativa e a mediação docente são condições imprescindíveis à permanência. A valorização das experiências de vida e dos saberes prévios dos sujeitos da EJA, conforme observado por Jahnke (2025), fortalece a identidade estudantil e reconstrói a relação dos educandos com o saber escolar.

A complexidade da evasão escolar na EJA requer, portanto, uma abordagem intersetorial e interdimensional. O combate a esse fenômeno deve envolver políticas públicas consistentes, formação docente contínua, planejamento curricular adaptativo e práticas pedagógicas centradas no estudante, como reiteram Cruz *et al.* (2025) e Silva (2023).

Em síntese, a evasão na EJA não decorre de uma falta de interesse por parte dos estudantes, mas sim de um conjunto de limitações sistêmicas que inviabilizam a permanência. A compreensão dessas dinâmicas é condição preliminar para a formulação de políticas e práticas educacionais comprometidas com o direito à educação ao longo da vida.

4 FORMAÇÃO DOCENTE CONTINUADA NA EJA: LIMITES INSTITUCIONAIS E PROPOSTAS PARA PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

A formação docente continuada na Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui um componente central para a construção de práticas pedagógicas que respeitem a diversidade e promovam a inclusão. Jahnke (2025) destaca que muitos professores ingressam na EJA sem a devida preparação para lidar com as especificidades dessa modalidade, o que compromete a efetividade das metodologias utilizadas e interfere diretamente nos resultados da aprendizagem.

Essa carência formativa impacta negativamente na construção de ambientes escolares acolhedores e motivadores. Segundo a mesma autora, a atuação docente requer sensibilidade para reconhecer os sujeitos da EJA como portadores de saberes próprios e trajetórias singulares, exigindo uma abordagem pedagógica que valorize a experiência de vida e promova o engajamento por meio de práticas significativas e contextuais. Concomitantemente, os desafios impostos pela pandemia de

COVID-19 evidenciaram limitações estruturais na formação dos educadores. Araujo *et al.* (2021), conforme discutido por Lima e Silva (2025), apontam que grande parte dos professores da EJA não possuía formação adequada em tecnologias digitais, o que dificultou a adaptação ao ensino remoto e acentuou a exclusão digital. Essa lacuna compromete não apenas a aprendizagem dos estudantes, mas também a permanência escolar em um período de profunda instabilidade.

Nesse contexto, Kluthcovsky e Jouscoski (2021) reiteram a importância de uma formação contínua voltada à preparação dos docentes para o ensino a distância. A atuação remota exigiu competências específicas que não foram contempladas nos modelos tradicionais de formação, revelando a necessidade de programas formativos alinhados às transformações tecnológicas e às novas exigências pedagógicas. Além disso, as metodologias híbridas – que combinam elementos presenciais e remotos – apresentam-se como alternativa promissora para a EJA. Contudo, para que essas abordagens não se tornem excludentes, é necessário que os docentes desenvolvam competências específicas que lhes permitam integrar tecnologias ao processo de ensino de forma crítica e contextualizada, respeitando o ritmo e a trajetória dos educandos.

Por outro lado, Santiago *et al.* (2023) observam que muitos programas de formação continuada não consideram as condições reais de trabalho dos professores, o que compromete sua efetividade. Essa desarticulação entre teoria e prática limita a aplicabilidade das formações e dificulta a incorporação de metodologias que valorizem o protagonismo dos estudantes.

Para Nascimento e Fernandes (2024), políticas formativas eficazes devem estar ancoradas nas necessidades locais e resultar de um processo de construção coletiva. A formação deve ser contínua, situada e específica para a realidade da EJA, permitindo que os docentes desenvolvam práticas pedagógicas que respondam às demandas dos sujeitos historicamente excluídos da escola formal. Nesse sentido, Silva (2023) propõe que a formação continuada seja concebida como um processo emancipador, no qual o educador se reconheça como sujeito em constante transformação. Essa concepção rompe com a ideia de formação como evento pontual e valoriza o percurso reflexivo e dialógico como fundamento da práxis docente.

Adicionalmente, Silvany *et al.* (2024) enfatizam que a formação de professores da EJA deve incorporar práticas inclusivas voltadas também às pessoas com deficiência. A atuação nesse contexto requer uma abordagem pedagógica que atenda às múltiplas necessidades dos estudantes, promovendo equidade e acesso à aprendizagem para todos os públicos. De modo semelhante, Castro (2021) argumenta que a didática voltada à Educação Especial exige o domínio de estratégias pedagógicas diferenciadas e flexíveis. Ao serem incorporadas à formação docente da EJA, essas estratégias ampliam a capacidade do educador de intervir pedagogicamente em contextos marcados pela heterogeneidade.

Ainda nesse campo, Brito e Costa (2020), assim como Silva Santos e Falcão (2020), defendem a importância de formar professores com base em práticas voltadas à inclusão, reconhecendo a EJA como espaço de justiça social. Essa perspectiva reafirma o papel do educador como mediador de processos que buscam reparar desigualdades históricas e garantir o direito à educação ao longo da vida. Com efeito, Jahnke (2025, p. 6921) afirma que;

[...] deve-se incorporar uma reflexão contínua sobre o papel do educador como agente de transformação social, capaz de adaptar práticas pedagógicas frente aos desafios emergentes do século XXI.

Essa concepção exige do professor um compromisso ético-político com a formação humana, que vá além da transmissão de conteúdos e promova a emancipação dos sujeitos. Observa-se, portanto, que os autores convergem ao reconhecer a necessidade de uma formação docente crítica, contínua e contextualizada, capaz de responder aos desafios específicos da EJA. A formação deve ser compreendida como parte de um projeto coletivo de transformação pedagógica, cuja base seja a escuta, a valorização dos saberes docentes e o compromisso com a inclusão.

Em conclusão, os limites institucionais enfrentados pela formação docente na EJA não podem ser superados por medidas genéricas. É fundamental que as políticas educacionais reconheçam a especificidade dessa modalidade e invistam em programas de formação que articulem teoria e prática, respeitem as condições concretas de trabalho e promovam a inovação pedagógica a partir da realidade dos sujeitos da EJA.

5 CONVERGÊNCIA ENTRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EJA: POTENCIALIDADES PEDAGÓGICAS PARA O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

A convergência entre a Educação Especial (EE) e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma perspectiva teórica e prática cada vez mais relevante no campo das políticas públicas educacionais. Essa articulação propõe uma abordagem que reconhece as especificidades dos sujeitos atendidos por ambas as modalidades e busca superar os obstáculos historicamente impostos a essas populações no acesso e permanência em espaços formais de ensino.

Inicialmente, é necessário compreender que tanto a EE quanto a EJA foram marcadas por trajetórias de políticas descontínuas e assistencialistas. Autores como Jahnke (2025) indicam que, apesar do reconhecimento legal da EJA, os programas desenvolvidos carecem de continuidade e profundidade, sendo, em muitos casos, insuficientes para atender às necessidades reais dos estudantes jovens e adultos. Tal cenário contribui para a perpetuação de práticas que não alcançam a transformação social esperada. De modo semelhante, Lima e Silva (2025), ao retomarem contribuições de Paiva e Machado, evidenciam que as políticas educacionais voltadas ao EJA muitas vezes sofrem com a instabilidade administrativa e com a falta de compromisso institucional com a construção de

propostas de longo prazo. Isso compromete diretamente o acesso, a permanência e a qualidade da educação ofertada, especialmente quando se trata de estudantes com deficiência.

A formação docente, nesse contexto, emerge como um dos principais pontos críticos. A atuação em uma EJA inclusiva exige dos professores habilidades específicas para lidar com sujeitos que enfrentam múltiplas formas de exclusão. A ausência de formação inicial e continuada adequada, conforme indicam diversos autores, compromete a implementação de práticas pedagógicas inclusivas que favoreçam a aprendizagem de todos. Por outro lado, experiências pedagógicas inovadoras têm demonstrado que é possível promover ambientes escolares inclusivos e críticos mesmo diante de limitações estruturais. Essas experiências valorizam a trajetória de vida dos estudantes, reconhecendo seus saberes prévios e possibilitando a construção coletiva do conhecimento. Tais práticas são indicadas por Cruz *et al.* (2025) como elementos transformadores da cultura escolar.

Nesse sentido, a utilização de metodologias ativas, como projetos interdisciplinares, rodas de conversa e aprendizagem baseada em problemas, aparece como um recurso eficaz na promoção do engajamento e na redução da evasão escolar. Tais estratégias pedagógicas também são associadas à preparação mais qualificada dos estudantes para níveis posteriores de ensino, incluindo o acesso ao ensino superior. Silvany *et al.* (2024) defendem que o preparo para o ensino superior deve ser compreendido como processo contínuo de emancipação e construção do conhecimento, especialmente quando se trata de estudantes da EJA com deficiência. A universidade, nesse contexto, não deve ser um espaço inacessível ou elitizado, mas sim um território de direitos, onde se concretize a inclusão educacional em sua dimensão plena.

Ao reconhecer as barreiras físicas, sociais e simbólicas enfrentadas por esses sujeitos, a convergência entre EE e EJA representa uma resposta política e pedagógica à exclusão histórica que marcou a trajetória desses estudantes. Essa abordagem, ao integrar as demandas das duas modalidades, permite a elaboração de estratégias mais coerentes com as realidades vividas pelos educandos. É relevante destacar que essa articulação exige também a superação de uma lógica meramente compensatória ou assistencialista. Em vez de atuar de forma paliativa, as políticas educacionais devem se pautar pela perspectiva da equidade, promovendo condições materiais e pedagógicas que possibilitem aos estudantes desenvolverem plenamente suas potencialidades e aspirarem à continuidade dos estudos.

Além disso, a interseccionalidade constitui uma dimensão fundamental nessa análise. Cruz *et al.* (2025) alertam para a necessidade de integrar marcadores como gênero, raça e geração na formulação de políticas e práticas educacionais. Esses elementos são centrais para compreender as múltiplas desigualdades que atravessam os sujeitos da EJA, especialmente aqueles com deficiência. Ainda, a construção de um currículo inclusivo e transformador demanda o envolvimento ativo dos estudantes no processo pedagógico. O reconhecimento da experiência de vida como componente

legítimo do saber escolar fortalece o sentimento de pertencimento e amplia as possibilidades de aprendizagem. Esse princípio, defendido por Jahnke (2025), reforça a necessidade de práticas que valorizem a trajetória dos estudantes e respeitem seus tempos e modos de aprender.

O acesso ao ensino superior, nessa perspectiva, deve ser compreendido como um direito, e não como uma exceção ou conquista isolada. Isso implica repensar os mecanismos de seleção e permanência nas universidades, adequando-os às realidades dos estudantes oriundos da EJA e da EE, que frequentemente enfrentam trajetórias marcadas por interrupções e desafios múltiplos. A formação dos profissionais da educação para essa realidade torna-se, portanto, uma prioridade. É necessário que professores, coordenadores pedagógicos e gestores estejam preparados para atuar em contextos educativos heterogêneos, com sensibilidade e competência técnica para responder às demandas de inclusão. Essa formação deve ser contínua, articulada com a prática e ancorada em uma perspectiva crítica da educação.

Outro ponto relevante refere-se à necessidade de articulação interinstitucional entre escolas de EJA, universidades e políticas públicas. Somente com ações coordenadas será possível garantir a continuidade da trajetória educacional dos sujeitos atendidos, construindo pontes entre os diferentes níveis de ensino e assegurando condições concretas para o acesso e a permanência no ensino superior.

Finalmente, a convergência entre EE e EJA não se resume à integração de demandas pedagógicas, mas implica também a construção de uma nova cultura educacional. Essa cultura deve ser pautada pela valorização da diversidade, pelo compromisso com a equidade e pela promoção da justiça educacional, tendo como horizonte a formação plena dos sujeitos e o fortalecimento da democracia.

6 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados obtidos com a análise das contribuições teóricas e empíricas selecionadas apontam para a existência de um conjunto complexo de fatores que influenciam de maneira decisiva os processos de permanência e de acesso ao ensino superior na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Dentre esses fatores, destacam-se, com maior frequência, a evasão escolar motivada por causas estruturais, os limites da formação docente continuada, e a carência de políticas articuladas entre a Educação Especial (EE) e a EJA. Ao abordar esses eixos temáticos em conjunto, a presente discussão possibilita compreender a interdependência entre as condições objetivas de ensino, as práticas pedagógicas e os processos formativos em curso nessa modalidade educacional.

Verificou-se que a evasão escolar na EJA não pode ser compreendida como resultado de uma decisão individual isolada, mas sim como consequência de múltiplos condicionantes, como a ausência de políticas de assistência estudantil, a rigidez dos modelos curriculares e a inadequação dos conteúdos às realidades vividas pelos estudantes. A literatura analisada, especialmente os trabalhos de Jahnke

(2025), Lima e Silva (2025) e Silvany *et al.* (2024), evidencia que práticas pedagógicas que valorizam as experiências dos sujeitos, aliadas a metodologias ativas e interdisciplinares, produzem efeitos positivos sobre a permanência e o engajamento dos estudantes.

Ademais, os dados indicam que a formação docente representa um fator determinante para a qualidade da prática pedagógica na EJA. A ausência de políticas de formação continuada que contemplem as especificidades dessa modalidade educacional contribui para a reprodução de práticas excludentes e descontextualizadas. Observou-se que a maioria dos professores ingressa na EJA sem preparo técnico ou teórico adequado para lidar com as especificidades dos sujeitos que a compõem. Estudos de Cruz *et al.* (2025), Santiago *et al.* (2023) e Silva (2023) destacam a necessidade de uma formação continuada que integre os eixos da inclusão, da diversidade e da justiça social como fundamentos estruturantes da docência na EJA.

Além disso, a convergência entre a EJA e a Educação Especial tem sido identificada como um campo fecundo para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas. Os dados extraídos das análises de Silvany *et al.* (2024) e Cruz *et al.* (2025) demonstram que essa articulação é potencialmente transformadora, pois permite o reconhecimento de múltiplas identidades educacionais e a superação de barreiras físicas, sociais e simbólicas que dificultam o acesso ao ensino superior. A articulação entre essas modalidades, no entanto, exige um trabalho intersetorial que envolva as esferas da educação, da saúde, da assistência social e da cultura, sendo imprescindível o investimento em políticas públicas que garantam as condições objetivas de acesso, permanência e conclusão dos estudos.

Entretanto, algumas limitações importantes foram identificadas ao longo da análise. A maioria dos estudos revisados adota abordagens qualitativas com foco em contextos específicos, o que restringe a possibilidade de generalização dos achados para diferentes realidades. Essa limitação metodológica, presente inclusive em autores como Nascimento e Fernandes (2024) e Castro (2021), dificulta a construção de indicadores sistêmicos capazes de orientar políticas públicas de caráter nacional. Soma-se a isso a fragilidade na coleta e sistematização de dados sobre estudantes com deficiência na EJA, o que evidencia uma lacuna significativa nos estudos interseccionais que cruzam as variáveis de gênero, raça, idade e deficiência.

Entre os resultados considerados inesperados, destaca-se a resistência de parte do corpo docente à adoção de práticas pedagógicas inclusivas e ao uso de tecnologias digitais. Embora os benefícios dessas abordagens estejam amplamente documentados na literatura, observou-se que muitos professores mantêm posturas pedagógicas centradas na transmissão unidirecional de conteúdos, frequentemente desarticuladas das necessidades dos estudantes. Essa resistência, pode ser explicada por processos formativos anacrônicos, pela sobrecarga de trabalho docente e pela ausência de incentivos institucionais à inovação pedagógica.

Em termos de significado, os achados reafirmam a importância de conceber a EJA não apenas como uma modalidade compensatória, mas como um direito educacional pleno e articulado às metas de equidade e justiça social. A convergência com a Educação Especial oferece uma oportunidade estratégica para repensar os marcos curriculares, as práticas avaliativas e as condições de acessibilidade, contribuindo para a democratização do ensino superior. Essa abordagem amplia as possibilidades de reconhecimento e valorização das trajetórias dos sujeitos historicamente excluídos, fortalecendo o papel social da educação como instrumento de transformação.

Diante desse cenário, recomendam-se investigações futuras que adotem metodologias mistas, combinando análises quantitativas e qualitativas, com foco na eficácia das formações docentes em ambientes escolares diversos. Sugere-se, ainda, o aprofundamento de estudos longitudinais sobre o impacto da convergência entre EE e EJA no desempenho acadêmico e na inserção universitária dos estudantes. Tais pesquisas poderiam subsidiar a formulação de políticas públicas integradas e orientadas por dados empíricos, contribuindo para a superação das desigualdades estruturais presentes na educação brasileira.

7 CONCLUSÃO

O estudo desenvolvido permitiu compreender, com base na articulação entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a formação docente continuada e a Educação Especial, os desafios e potencialidades existentes para garantir a permanência escolar e o acesso ao ensino superior de sujeitos historicamente marginalizados do sistema educacional. A partir da análise de referenciais teóricos e da sistematização das discussões presentes na literatura especializada, foi possível responder às perguntas formuladas na introdução e operacionalizadas na metodologia, especialmente no que diz respeito às causas da evasão escolar, aos limites das práticas pedagógicas em contextos de vulnerabilidade e às possibilidades de convergência entre modalidades educativas para a promoção da inclusão.

O primeiro objetivo da pesquisa, voltado à identificação das causas estruturais da evasão escolar na EJA e das estratégias voltadas à permanência com ênfase no ensino de Ciências, foi alcançado por meio da análise crítica de experiências formativas e metodológicas. Verificou-se que a evasão decorre de um conjunto de fatores interligados, como condições socioeconômicas adversas, descontinuidade de políticas públicas e inadequação das práticas pedagógicas. Em contrapartida, o uso de metodologias ativas e interdisciplinares mostrou-se eficaz na construção de vínculos entre os estudantes e o conhecimento, favorecendo sua permanência na escola.

O segundo objetivo, que visava investigar os limites institucionais da formação docente continuada na EJA, foi plenamente atendido ao se constatar que grande parte dos docentes atua sem formação específica para lidar com as complexidades dessa modalidade. A ausência de programas de formação contínuos, articulados à realidade dos educadores e aos princípios da inclusão, compromete

a construção de práticas pedagógicas significativas e adaptadas aos estudantes da EJA, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade.

O terceiro objetivo, voltado à análise das potencialidades pedagógicas da convergência entre a EJA e a Educação Especial para o acesso ao ensino superior, revelou que essa articulação possui relevância estratégica para ampliar as possibilidades de inclusão. A abordagem intermodalidade permite reconhecer as múltiplas identidades dos sujeitos educacionais e construir itinerários formativos que considerem as especificidades de estudantes com deficiência em trajetórias educacionais descontinuadas.

No entanto, a pesquisa identificou lacunas significativas que indicam a necessidade de aprofundamento. Dentre elas, destaca-se a escassez de estudos de caráter longitudinal que analisem os impactos da formação docente sobre os índices de permanência e conclusão na EJA, bem como a carência de dados sistematizados sobre a inclusão de pessoas com deficiência nesse nível de ensino. Do mesmo modo, a resistência de parte do corpo docente à adoção de metodologias inovadoras e inclusivas evidencia a urgência de processos formativos mais conectados à prática pedagógica e à realidade social dos educadores.

Com base nessas constatações, sugere-se a realização de novas pesquisas que explorem a efetividade de programas de formação docente contínua em diferentes contextos regionais, utilizando metodologias mistas para captar tanto os efeitos mensuráveis quanto as dimensões qualitativas das práticas formativas. Recomenda-se, ainda, a investigação de estratégias curriculares e avaliativas específicas para a articulação entre EJA e Educação Especial, especialmente aquelas voltadas à transição para o ensino superior. Essas futuras investigações poderão subsidiar políticas públicas mais integradas e coerentes com as exigências de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo e equitativo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. S.; OLIVEIRA, D. P. TRINDADE, R. A. C.; NICOLAU, G. S. A atualidade de Paulo Freire em tempos de pandemia: tecendo diálogos sobre os desafios da educação e do fazer docente. **Práxis Educativa**, v. 16, e2116610, 2021.
- BERNARDINELI, M. C.; ALMEIDA, C. S. A. de. A transgressão do direito fundamental à educação e os retrocessos no ensino consequência do COVID 19: desafios da educação no pós pandemia. **Pensar Acadêmico**, v. 18, n. 5, 923-949, 2020.
- BRITO, J.; CAMPOS, J. A. P. P.; ROMANATTO, M. C. Ensino da matemática a alunos com deficiência intelectual na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 4, p. 525-540, 2014.
- CASTRO, C. F. S. **Currículo e didática na educação especial**. Curitiba: InterSaberes, 2021.
- CRUZ, N. A. da; LIMA, J. da S.; SILVA, M. P. da; LIMA, J. B. de; OLIVEIRA, E. R. de. A educação de jovens e adultos: desafios e oportunidades. **Missioneira**, v. 27, n. 3, p. 243-253, 2025.
- JAHNKE, J. F. Desafios e potencialidades da EJA: um relato de experiência no contexto escolar. **ARACÊ**, v. 7, n. 2, p. 6911-6926, 2025.
- KLUTHCOVSKY, P. C. W.; JOUCOSKI, E. Educação em tempos de pandemia: desafios da docência remota na Educação de Jovens e Adultos. **EaD em Foco**, v. 11, n. 1, e1500, 2021.
- LIMA, J. G.; SILVA, N. S. A educação de jovens e adultos no Brasil: desafios e condições educacionais trazidos no contexto da pandemia da COVID 19. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 3, p. 1586-1601, 2025.
- MACHADO, M. A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei nº 9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública. **Em Aberto**, v. 22, n. 82, p. 17-39, 2009.
- MOREIRA, A. A. Ensino online na educação de jovens e adultos em época de pandemia. **IntegraEaD**, v. 2, n. 1, p. 1-8, 2020.
- PAIVA, J. Tramando concepções e sentidos para redizer o direito à educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 519-539, 2006.
- SANTANA, A. C. de A.; NARCISO, R. Pilares da pesquisa educacional: autores e metodologias científicas em destaque. **ARACÊ**, v. 7, n. 1, p. 1577-1590, 2025.
- SANTIAGO, A. C. COSTA, J. R. A.; CRUZ, J. F. **Desafios e estratégias na Educação de Jovens e Adultos (EJA)**. Recife: UNIBRA, 2023.
- SILVA SANTOS, G. C. FALCÃO, G. M. B. **Educação especial inclusiva e formação de professores**: contribuições teóricas e práticas. Curitiba: Appris Editora, 2020.
- SILVA, G. L. R. Educação de jovens e adultos e Psicologia Histórico-Cultural: a centralidade do trabalho na aprendizagem e no desenvolvimento de trabalhadores jovens e adultos. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 15, n. 1, p. 255-273, 2023.



SILVANY, M. A. A.; CARVALHAL, G. F. de F.; SANTOS, C.L., C. dos; SANTOS, C. O. dos. Educação especial e EJA: desafio ou oportunidade para o ensino superior?. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 13, n. 2, p. 01-17, 2024.